



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 06/2023

Período: 04/03/2023 -10/03/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Jornais continuaram a repercutir o envolvimento de militares nos atos golpistas de 8 de janeiro
- 2- Jornais apontaram o envolvimento de militares no caso das joias vindas da Arábia Saudita e apreendidas pela Receita Federal
- 3- Jornalista comentou áudio da reunião do comandante do Exército
- 4- Especialistas debateram papel da Justiça Militar
- 5- Deputado iniciou coleta de assinaturas de PEC para modificar artigo 142
- 6- Marinha recebeu quatro unidades de veículos leves voltados a operações urbanas
- 7- General da reserva discutiu a obediência militar
- 8- Governo Federal elabora de plano de resgate da Indústria de Defesa
- 9- Comissão de Ética impôs quarentena a generais que atuaram no governo Bolsonaro

1- Jornais continuaram a repercutir o envolvimento de militares nos atos golpistas de 8 de janeiro

Segundo reportagem do jornal *Correio Braziliense*, a responsabilização pelos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 continua como foco da Operação Lesa-Pátria, aberta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o intuito de apurar financiadores e organizadores dos atos golpistas e quais as ligações com os acampamentos montados em frente aos quartéis-generais do Exército. Em entrevista ao *Correio*, o deputado distrital e integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, Fábio Félix, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), comentou sobre a importância do depoimento do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, como meio de trazer esclarecimentos à sociedade civil do que ocorreu em 8 de janeiro. De acordo com Félix, Fernando de Souza Oliveira, então secretário-executivo de Segurança no dia dos ataques, demonstrou desconhecimento sobre a segurança pública do DF no dia dos ataques, reforçando a desconfiança sobre uma conspiração no âmbito da alta cúpula das forças de segurança. Outro ponto em questão foi a ação do comando das Forças Armadas para impedir a prisão de golpistas acampados no Quartel-General do Exército em Brasília no mesmo dia dos ataques. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho comentou os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, afirmando que os oficiais

das Forças Armadas envolvidos devem ser julgados pela justiça comum, uma vez que a Justiça Militar “é corporativa e tende a ser condescendente ao cuidar de altas patentes” e por se tratar de “crimes contra a democracia e crimes praticados contra civis”. O colunista também respondeu a algumas críticas às prisões dos participantes e comparações com ditaduras em outros países, lembrando que, ao contrário da ditadura militar brasileira (1964-1985), hoje em dia não há mais um Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), “não tem tortura, não tem desaparecido político, tem a garantia constitucional do habeas corpus”. Em coluna opinativa para o *Correio*, o jornalista Victor Correia ponderou que, além da responsabilização pela degradação do patrimônio público, infringindo a democracia do país, faz-se necessário fomentar o debate relacionado à regulamentação das redes sociais e às normas contra o discurso de ódio, como meio de não deixar com que os ataques de 8 de janeiro sejam esquecidos e que ressurgam novas ondas extremistas. A *Folha de S. Paulo* publicou coluna de Maria Hermínia Tavares, professora titular aposentada de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), no qual ela ressaltou a condução “firme e serena do governo”, ciente da forma como o Congresso Nacional, o STF e o comando das Forças Armadas reagiram institucionalmente aos ataques de 8 de janeiro. Tavares lembrou que em recente debate realizado pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, os professores de direito Helena Lobo da Cos, Alair Leite e Oscar Vilhena Vieira frisaram a importância de se estabelecer um órgão de inteligência que seja capaz de investigar as atividades de grupos extremistas, bem como de promover o estudo do papel das plataformas e das redes sociais no contexto de enfrentamento aos ataques antidemocráticos. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* cedeu espaço para a coluna do advogado e atual Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas, Ruy Martins Altenfelder da Silva, que argumentou que o voto constitui um dos principais direitos dos cidadãos em regimes democráticos, de modo que é essencial o respeito às urnas. Em contraste a essa ideia, o dia 8 de janeiro configurou-se como um atentado a esse direito, na tentativa de incentivar um golpe de Estado através da força bruta. Na coluna, o advogado louvou a manifestação do general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército brasileiro, ao dizer que “Quando a gente vota, tem que respeitar o resultado da urna” e “Nem sempre é o que a gente queria. Não interessa. Esse é o papel de quem é instituição de Estado. Instituição que respeita os valores da Pátria, como de Estado”. (*Correio Braziliense – Cidades – 08/03/23; Correio Braziliense – Política – 08/03/23; Correio Braziliense – Opinião – 08/03/23; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/03/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 09/03/23; O Estado de S. Paulo – Opinião – 08/03/23*)

2- Jornais apontaram o envolvimento de militares no caso das joias vindas da Arábia Saudita e apreendidas pela Receita Federal

Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que uma comitiva da presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) tentou entrar no Brasil ilegalmente com um estojo com joias avaliadas em R\$16,5 milhões, em outubro de 2021. O jornal informou que os objetos foram transportados na mochila de um militar integrante da comitiva, Marcos André Soeiro, na época assessor do então ministro de Minas e Energia, almirante de esquadra Bento Albuquerque, e que

se tratava de um presente do governo da Arábia Saudita para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O *Estado* também apurou que o governo Bolsonaro mobilizou o Ministério das Relações Exteriores e da Economia, além do gabinete presidencial, para tentar liberar as joias que foram apreendidas por um auditor da Receita Federal. Na última tentativa de tomar posse das joias, em 29/12/2022, o primeiro-sargento da Marinha, Jairo Moreira da Silva, autorizado por Bolsonaro, voou em aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) até o aeroporto de Guarulhos, e argumentou na Receita Federal que “Não pode ter nada do (governo) antigo para o próximo, tem que tirar tudo e levar”, segundo relatado ao *Estado*. Ele não teve sucesso. Além de Jairo, outros militares se envolveram na tentativa frustrada de liberação das joias, entre eles o contra-almirante José Roberto Bueno Junior, e o tenente-coronel e ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid. Em declaração a um canal televisivo, Bolsonaro afirmou que as joias iriam para o “acervo presidencial” e negou que tenha enviado o avião da FAB para Guarulhos. O periódico *Correio Braziliense* noticiou que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flavio Dino, informou que a Polícia Federal seria acionada para investigar os possíveis crimes cometidos. A *Folha de S. Paulo* informou que um segundo estojo com itens de luxo entrou no Brasil sem declaração à Receita Federal e foi incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro. Segundo o jornal, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a preservação do acervo de luxo recebido da Arábia Saudita e proibiu Bolsonaro de “usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame”. (*Correio Braziliense* – Política – 05/03/23; *Correio Braziliense* – Política – 09/03/23; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 09/03/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 10/02/23; *O Estado de S. Paulo* – Política – 04/03/23; *O Estado de S. Paulo* – Política – 05/03/23)

3- Jornalista comentou áudio da reunião do comandante do Exército

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou a gravação de uma reunião do general Tomás Ribeiro Paiva com subordinados do Comando Militar Sudeste, dias antes da sua nomeação como novo comandante do Exército, vazada para a imprensa. Segundo Costa e Silva, a atitude teria a intenção de “alimentar a insatisfação na caserna”, classificando-a como “politicagem” devido à “evidente quebra de hierarquia” de uma gravação escondida. O jornalista citou ainda a aproximação recente das Forças Armadas com o bolsonarismo, desde o tuíte do general Villas-Boas às vésperas do julgamento do *habeas corpus* do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2018, até a participação do general Eduardo Pazuello em uma “motociata” em 2021, que teria sido autorizada pelo então comandante do Exército Paulo Sérgio Nogueira, de acordo com o processo disciplinar interno do Exército aberto contra Pazuello posteriormente. (*Folha de S. Paulo* – Colunas e blogs – 06/03/23)

4- Especialistas debateram papel da Justiça Militar

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado e mestre em criminologia e direito penal Fernando Augusto Fernandes, e o advogado, jurista

e professor Lenio Streck, comentaram o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da constitucionalidade de uma alteração no Código Militar promovida pelo governo Michel Temer (2016-2018), que atribui competência aos tribunais castrenses para julgar crimes cometidos por militares contra civis durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Para os especialistas, o foro especial militar deveria ser restrito em um país republicano em tempos de paz, mas parece haver um receio da sociedade em tratar do tema, em parte pelo histórico de golpes militares, em parte pelo “envolvimento de militares em atos golpistas recentes”. Streck e Fernandes argumentaram ainda que os ministros do STF, “focados em definir quando os militares estão em função militar e quando estão em função derivada da atividade civil”, não perceberam que os militares estão sempre subordinados ao poder civil da Presidência da República, e que o objetivo das exceções parece ser “criar regra, imunidade dos militares frente à Justiça comum”, o que impediria o avanço da redemocratização plena do país. Em outra coluna opinativa, o advogado e presidente da Comissão de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), Antonio Carlos Arruda, defendeu a manutenção da Justiça Militar sob as prerrogativas atuais, afirmando que haveria um “preconceito injustificado” e “rejeição por vários setores da sociedade”. O advogado comparou essas posições com a ausência de objeção a outros tribunais especializados, como a Justiça Eleitoral ou do Trabalho, e afirmou que, à semelhança destes, a Justiça Militar também possui “especificidades dificilmente aplicadas com a mesma intensidade pelo conjunto da sociedade”, além de militares “submetidos a rigorosos códigos suportados em dois pilares: hierarquia e disciplina”. Arruda concluiu afirmando que, para combater as “discriminações a que são muitas vezes submetidos” os tribunais castrenses, seria necessário promover maior diálogo entre estes e estudantes, profissionais do direito e a população civil em geral, para que o assunto seja “discutido e amadurecido abertamente”. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, escrita conjuntamente pelo presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), Renato Stanziola Vieira, a coordenadora do Departamento de Amicus Curiae do IBCCrim, Deborah Duprat, o membro fundador e presidente da Comissão Arns, José Carlos Dias, o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro fundador da Comissão Arns, Oscar Vilhena Vieira, o diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos, Gabriel Sampaio, o advogado e professor titular de Direito Constitucional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Gabriel Sarmiento, e o presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Guilherme Ziliani Carnelós, o grupo de especialistas comentou que a jurisprudência internacional e regional aponta que o princípio da especialidade, por ser uma “importante dimensão do controle democrático sobre as forças militares”, não pode ser generalizado pela condição do agente enquanto militar. O texto também destacou o princípio da imparcialidade, quando um tribunal deve “ser e parecer isento”, citando uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que diz que os tribunais, para cumprir tal princípio, não devem ter “qualquer relação institucional ou hierárquica com as partes”. Uma observação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos também pontuou que o sistema judiciário militar brasileiro “é composto majoritariamente por membros militares em serviço ativo, tornando ilusório o requisito da imparcialidade, uma vez que os juízes julgam seus próprios companheiros de armas”. O texto conclui

que a sociedade estaria dividida e orientada por uma “noção de amigo/inimigo própria do espírito de caserna”, e que para superar tal situação seria necessário desmilitarizar o aparelho estatal e devolver a competência à Justiça civil. (Folha de S. Paulo – Opinião – 04/03/23; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 05/03/23)

5- Deputado iniciou coleta de assinaturas de PEC para modificar artigo 142

Em coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o repórter Fábio Zanini informou que o deputado federal Carlos Zarattini, do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo, iniciou o recolhimento de assinaturas para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modificaria o artigo 142 da Constituição, o qual descreve as atribuições das Forças Armadas. A PEC foi redigida por Zarattini junto ao deputado Alencar Santana, do mesmo partido, e visa proibir a participação de militares da ativa em cargos civis, colocar fim às operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em áreas de segurança pública e extinguir a possibilidade da atuação política de militares. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs - 07/03/23)

6- Marinha recebeu quatro unidades de veículos leves voltados a operações urbanas

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Marinha brasileira recebeu as quatro primeiras unidades dos blindados leves comprados dos Estados Unidos com a finalidade de melhorar a capacidade de ações anfíbias da Força, como em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e operações de paz. O *Estado* destacou que a compra ocorreu por meio do programa Proadsumus e envolve um total de 12 veículos, também chamados de *Joint Light Tactical Vehicles (JLTVs)* –veículos táticos leves conjuntos–, que devem ser entregues até o final de 2024 por um total de R\$15 milhões. Segundo o jornal, os JLTVs são veículos blindados com ideal mobilidade para operações urbanas e capacidade tecnológica para atender demandas militares enquanto suportam armas de grosso calibre. (O Estado de S. Paulo – Política – 07/02/23)

7- General da reserva discutiu a obediência militar

Em coluna opinativa ao jornal *Correio Braziliense*, o general da reserva Otávio Rêgo Barros, ex-chefe do Centro de Comunicação do Exército, discutiu a obediência militar a partir de um questionamento à inteligência artificial, no software ChartGPT, sobre obediência militar e obediência política. A resposta foi que a primeira seria uma obrigação estrita aos militares, enquanto a outra, um dever dos cidadãos dentro de uma democracia. O general da reserva retomou explicações do coronel da reserva Marcelo Lopes Serrano, estudioso de liderança militar e instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, segundo o qual a obediência militar está entre disciplina e lealdade, as quais somadas à hierarquia, atuam no controle civil. Como meio de aperfeiçoar a relação entre civis e militares, a inteligência artificial sugeriu a promoção do diálogo, o respeito às diferenças, um melhor conhecimento do papel das Forças Armadas e a valorização da democracia. Rêgo Barros conclui que é dever da sociedade civil cortejar a obediência militar, ao mesmo tempo em que cresce o

reconhecimento de uma sociedade desarmada. (Correio Braziliense – Opinião – 09/03/23)

8- Governo Federal elabora de plano de resgate da Indústria de Defesa
Em coluna opinião publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, os repórteres Guilherme Seto e Juliana Braga informaram que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), determinou a revitalização da indústria de defesa como prioridade do início do governo. O ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, será o responsável pelo plano de resgate para a indústria bélica brasileira, com o apoio dos ministros da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, e do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Geraldo Alckmin. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 09/03/23)

9- Comissão de Ética impôs quarentena a generais que atuaram no governo Bolsonaro

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou extensa reportagem na qual descreveu a atuação da Comissão de Ética Pública da Presidência na determinação de um período de seis meses de quarentena para dois ex-ministros do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), cotados para assumirem cargos no setor privado da indústria de defesa. Os dois envolvidos são o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que negociava atuação como consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), e o ex-chefe da Casa Civil e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, convidado para cargo no Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Simde). A *Folha* ressaltou que, no caso de Nogueira, enquanto ministro, editou legislação em benefício de empresas vinculadas à Abimde, embora tenha negado à Comissão de Ética qualquer relacionamento relevante com o grupo. Ramos, por sua vez, declarou que “(...) "certamente" haveria conflito de interesse ao ocupar de imediato o cargo, por ter tido acesso a dados sensíveis do governo”. Tanto a Abimde quanto o Simde negaram ofertas oficiais ou planos de contratação dos generais no futuro. (Folha de S. Paulo – Política – 10/03/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izele de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Giovani Nunes de Aguiar

Marcela Fulan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima